



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

DIMENSÕES DA INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DO BANCO PALMAS

JAIARYS BATAGLIN
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
jaiarys@me.com

ISAK KRUGLIANSKAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ikruglia@usp.br

MARCIA DELATORRE
BOLSISTA AT CNPQ
marciad@fia.com.br

DIMENSÕES DA INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DO BANCO PALMAS

Resumo: Este artigo apresenta um mapeamento da inovação social, bem como, suas dimensões a partir do estudo de caso no Banco Palmas. Neste estudo, buscou-se fazer um levantamento da dinâmica e dimensões da inovação social por meio da estratégia metodológica *top-down* e *bottom-up*, com a finalidade de garantir maior compatibilidade entre as dimensões teórico-empíricas. Assim, as dimensões identificadas combinaram *insights* teóricos (*top-down*) com diferentes fontes e dados do caso selecionado (*bottom-up*). A relevância deste estudo, parte do interesse de evidenciar a dinâmica e dimensões da inovação social enquanto alternativa para as mudanças sociais, dado que uma grande parte de pesquisas sobre inovação, têm sido realizadas a partir de perspectivas mais tradicionais, tendendo a ganhos particulares em detrimento ao social. Considerando-se a dinâmica da inovação social, tanto do processo como do resultado, é possível afirmar esta exerce um papel fundamental na melhoria socioeconômica do coletivo (no caso deste estudo), fornecendo, portanto, uma reconfiguração na relações sociais. Assim, mostra-se de suma importância o esforço pela compreensão deste fenômeno, uma vez que não apenas a satisfação das necessidades sociais são postas como objetivo, mas sobretudo, a transformação das relações sociais, no sentido de oportunidades, autonomia, inclusão e empoderamento.

Palavras-chave: Inovação social, inovação tecnológica, dimensões da inovação social, banco comunitário.

Abstract: This article presents a mapping of social innovation as well as its dimensions from the case study in the Palmas Bank. In this study, we sought to survey the dynamics and dimensions of social innovation through the methodological strategy top-down and bottom-up, in order to ensure greater compatibility between theoretical and empirical dimensions. Thus, the identified dimensions combined theoretical insights (top-down) with different data sources and the selected case (bottom-up). The relevance of this study, part of the interest to highlight the dynamics and dimensions of social innovation as an alternative for social change, given that a large part of innovation surveys have been carried out from more traditional perspectives, tending to private gain at the expense social. Considering the dynamics of social innovation in both the process and the result, you can say this plays a key role in the socio-economic improvement of the collective (in the case of this study), providing thus a reconfiguration in social relations. Thus, it is shown extremely important effort by the understanding of this phenomenon, since not only the satisfaction of social needs are put as aim, but above all, the transformation of social relations, in the sense of opportunity, autonomy, inclusion and empowerment.

Keywords: Social innovation, technological innovation, dimensions of social innovation, community bank.

1. INTRODUÇÃO

A inovação, enquanto engrenagem do atual sistema econômico, têm sido usada como um sinônimo de avanço tecnológico, muito embora recentemente, novas concepções e conceitualizações do termo vem ganhando força, a exemplo disto, a inovação social (IS). Uma vez que o conceito, inicialmente proposto por Joseph Schumpeter (1912 [1934]), esteve vinculado à geração de valor econômico, percebe-se que num primeiro momento a ênfase se concentrou mais fortemente em questões tecnológicas e de competição.

A promessa de que o desenvolvimento, associado ao avanço tecnológico, erradicaria a pobreza e solucionaria outros problemas sociais e ambientais, continua por se cumprir (GIDDENS et al., 2012; MURRAY et al., 2010; SACHS, 2001). Como bem cita Sachs (2001) o crescimento econômico continua a ser uma condição necessária para o desenvolvimento, porém, se repensado de forma adequada, de forma a minimizar os impactos ambientais negativos, e se colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis.

As inovações tecnológicas, ao que parece, têm enfrentado um dilema (*um trade-off*) entre eficiência e desenvolvimento socioambiental. Nesta perspectiva, novas formas e modelos de inovação devem ser considerados. Se, por um lado, observa-se os efeitos do crescimento econômico e tecnológico acompanhado por sucessivas crises relacionadas às necessidades sociais, e em decorrência disto, da inovação social, por outro lado, observa-se que novos modelos de negócio e iniciativas inovadoras têm trazido consigo novos paradigmas, estes baseados em rede e em lógicas de cooperação. Não diz respeito à caridade, mas a uma maior inclusão social (BEPA, 2014).

A inovação social (IS) tem atraído atenção nas última décadas, muito, possivelmente, porque se trata de uma resposta eficaz para mitigar as desigualdades impostas pelo livre mercado. Embora, considerada incipiente, se comparada à inovação tecnológica, com tradição teórica robusta e já consolidada (CAJAIBA-SANTANA, 2013; PHILLS et al. 2008), estudos sobre a inovação social têm aumentado consideravelmente, nos últimos anos. Cabe ressaltar que o interesse pela IS não se restringe ao meio acadêmico, antes, se refere à questões tanto da sociedade civil, como organizacional, governamental e política, o que reforça ainda mais, a importância pela compreensão e operacionalização do conceito (BUND et al., 2015; RÜEDE e LURTZ, 2012).

Contribuições da inovação social têm emergido de diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, administração, ciências políticas e economia, conferindo, assim, uma característica interdisciplinar ao conceito (MOULAERT et al., 2010; CAJAIBA-SANTANA, 2013). Além disso, a literatura sobre inovações sociais apresenta uma ampla variedade de fontes, que vão desde trabalhos orientados à prática até trabalhos acadêmicos de contribuições mais teóricas.

Tratar da inovação social diz respeito a encontrar soluções inovadoras e aceitáveis para uma gama de problemas associados à exclusão, privação e alienação da sociedade (Moulaert et al., 2013). É, portanto, uma nova resposta frente aos desafios supracitados, mesmo que em pequena escala, mas que ecoa por mudanças e soluções mais relevantes e eficazes. Mais do que isso, de acordo com o relatório do *European Political Strategy Centre (2014)*, a ideia da inovação social tem se fundamentado para além de uma resposta às necessidades socioambientais urgentes. Também é um mecanismo para se alcançar uma mudança sistêmica, de forma a resolver as causas subjacentes do problemas sociais e não apenas a aliviar sintomas.

A partir da revisão de literatura, diferenças e similaridades puderam ser observadas no que tange a inovação social e tecnológica, principalmente com relação à causa, finalidade, o processo e o resultado (CHESBROUGH & VANHAVERBEKE et al., 2006). Na inovação social, trata-se de um processo colaborativo, envolvendo uma reconfiguração nas relações

sociais, maior participação e empoderamento dos indivíduos, bem como da sua natureza orientada aos resultados, assim, uma resposta às necessidades sociais não satisfeitas (MOULAERT et al., 2009, 2013; KLEIN e HARRISSON, 2007; TREMBLAY et al., 2005). Cumpre destacar tais aspectos, a fim de contribuir com um quadro teórico mais esclarecido.

Em última instância, o que está em jogo, é o condicionamento da inovação a um novo paradigma, distinto daquele, estritamente econômico. Daí a complexidade e desafios para se dimensionar tal fenômeno, pois trata-se de um processo e resultado socialmente incorporado (BUND et al., 2015; CAULIER-GRICE e MULGAN, 2009; OECD, 2010; POLANYI, 2000; LÉVESQUE, 2007). Entende-se, assim, que empregar esforços em direção à compreensão da inovação social é crucial, pois é uma forma de evidenciar a eficácia e o caminho sustentável para a satisfação de necessidades sociais (BEP, 2010). A intenção deste trabalho é, portanto, apresentar e discutir o processo da inovação social a partir de dimensões já identificadas na literatura da inovação tecnológica e social, incluindo *insights* da pesquisa empírica de uma iniciativa local, o Banco Palmas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definindo a Inovação Social

A construção e entendimento da inovação social, no sentido que atualmente lhe é concedido, teve sua expansão a partir dos anos 90, influenciado, certamente, pelo contexto socioeconômico da sociedade nas últimas décadas (BEP, 2010). No entanto, o interesse científico pelo tema, tornou-se mais sensível na última década, através de um crescimento exponencial de publicações científicas a partir de 2005 (SÁ, 2015).

Em se tratando da revisão de literatura sobre esta temática, alguns autores persistentemente aparecem, não por acaso, mas por terem, de fato, impulsionado o estudo da inovação social. Dentre estes, cumpre destacar os trabalhos pioneiros de Frank Moulaert através do projeto SINGOCOM (2003), com um enfoque urbano e interdisciplinar da inovação social, e posteriormente, com o projeto KATARSIS (2007), em continuação à pesquisa anterior. Em ambos, a investigação se deu por meio do estudo de casos urbanos, situados em diversas cidades europeias. A inovação social, neste último, passou a ser vista como um processo de transformação das relações sociais, com enfoque na solidariedade, cooperação, estratégias e alternativas para soluções de um território.

Estas pesquisas coordenadas por Moulaert (2003, 2007), lançaram algumas evidências sobre a IS, as quais incluem: o contexto histórico e geográfico onde a IS ocorre; o potencial da IS em responder aos problemas sociais negligenciados pelo mercado ou Estado; as diferentes áreas de atuação em que a IS pode ocorrer; e os diferentes atores relacionados.

Desde então, diversos autores têm vindo a propor uma vasta gama de definições teóricas, de acordo com diferentes experiências e estudos de caso realizados globalmente. Universidades, como Stanford, Harvard, Brown e Cambridge têm vindo a desenvolver investigação em profundidade no campo da inovação social. No Canadá, a pesquisa desenvolvida por CRISES (*Centre de Recherche sur les Innovation Sociales*) faz referência à inovação social como sendo a intervenção dos atores sociais para atender a uma necessidade, visando contribuir com uma solução que promova mudanças nas relações sociais e propondo novas orientações culturais.

Os autores Hillier, Moulaert e Nussbaumer em 2004, após uma revisão da literatura sobre a inovação social e o seu papel no desenvolvimento territorial, entendem ter elementos analíticos necessários para a construção de uma definição multidimensional. Esta “multidimensionalidade” relacionada ao conceito, embora proporcione uma visão geral e de maior amplitude, têm, no entanto, ocasionado diferentes abordagens e direções acadêmicas,

consoante a área do investigador. Sendo isto, também, um dos motivos pelo qual a inovação social tem sido vista como um domínio emergente e com necessidade de maior aprofundamento.

Também notável é o relatório publicado pelo The Young Foundation, por Mulgan et.al. (2006), onde os autores estabelecem dimensões, barreiras, oportunidades, necessidades e padrões que a inovação social pode assumir.

Ao longo das últimas décadas, a discussão sobre a inovação social passou por melhorias significativas, tanto na construção de teoria, como na melhoria de metodologias (MOULAERT et al., 2010). Ainda assim, o conjunto de abordagens, metodologias e práticas não formam um corpo consolidado de conhecimento, da mesma forma que não há nenhuma teoria forte para sustentar o conceito de inovação social (BIGNETTI, 2013). Assume, além disso, um carácter interdisciplinar (CAJAIBA-SANTANA, 2013) e uma variedade de definições, motivo pelo qual, achou-se conveniente construir um quadro demonstrativo dos conceitos e orientações, conforme segue.

Quadro 1 – Conceitos da Inovação Social

AUTORES	CONCEITOS	ORIENTAÇÃO
Taylor (1970)	Novas formas de fazer as coisas, <u>novas invenções sociais</u> .	Processo Instrumental
Cloutier (2003)	Uma <u>resposta nova</u> e com efeito duradouro à uma <u>situação social considerada não satisfeita</u> , que busca o <u>bem-estar dos indivíduos e das coletividades</u> , suscetível de acontecer em qualquer setor.	Resultado Utilitária
Standford SI Review (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implantar <u>novas soluções para problemas e necessidades sociais</u> .	Processo Instrumental
Hillier et al (2004)	Mudanças nos programas e instituições que conduzem à inclusão de grupos e indivíduos, nas diversas esferas da sociedade, e excluídas em diferentes escalas espaciais. Inovação sociais saem do processo de inovação, a qual muda as dinâmicas das relações sociais, incluindo relações de poder.	Processo Resultado Utilitária
Novy e Leubolt (2005)	<u>A satisfação de necessidades humanas básicas</u> ; aumento de <u>participação política de grupos marginalizados</u> ; aumento na <u>capacidade sociopolítica</u> e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à <u>satisfação das necessidades humanas e à participação</u> .	Resultado Utilitária
Mulgan (2006, 2009)	<u>Atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social</u> e que são predominantemente difundidas através de organizações cujos principal objetivo é social.	Resultado Instrumental
Moulaert et al. (2007, 2010)	Soluções aceitáveis para uma série de problemas de exclusão, privação, alienação, falta de bem-estar. Ações que contribuam positivamente para o progresso humano e desenvolvimento.	Processo Utilitária
Phillis et al. (2008)	<u>Uma solução nova</u> para um problema social que é mais <u>efetiva, eficiente e sustentável</u> do que as soluções até então existentes, e pela qual o <u>valor criado</u> é revertido para a sociedade como um todo, em vez de apenas para particulares.	Resultado Instrumental
Murray et al. (2010)	<u>Novas ideias</u> (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente <u>satisfazem necessidades sociais</u> e <u>criam novas relações</u> ou <u>colaborações sociais</u> . São inovações que, ao mesmo tempo, são boa para a sociedade e <u>umentam a capacidade da sociedade de agir</u> .	Resultado Instrumental
CRISES	É uma intervenção iniciada pelos <u>atores sociais</u> para atender a	Processo

(2010)	uma aspiração, atender a uma necessidade, contribuir com uma <u>solução</u> ou desfrutar de uma oportunidade de ação para <u>mudar as relações sociais</u> , transformando um quadro ou propondo novas orientações culturais.	Resultado
Cajaiba-santana (2014)	<u>Mudança social</u> e esta deve ser a principal característica a ser colocada em evidência. São <u>novas ideias</u> , manifestas em ações sociais, que resultam em uma mudança social e propõe <u>novas alternativas e práticas sociais</u> a determinados grupos sociais.	Processo Resultado Institucional

Fonte: Elaborado pela autora (adaptado de Klein e Harrisson, 2007; Bignetti, 2011).

As definições da IS certamente não se restringem ao quadro acima apresentado, embora estas sejam as definições que mais têm entusiasmado os estudos acadêmicos, nos últimos anos. Uma análise preliminar de tais definições permite verificar certas semelhanças entre os conceitos, a exemplo disso, na finalidade para a qual a inovação social se destina – a satisfação de uma necessidade social. No entanto, determinados autores enfatizam além desses aspectos alguns outros fatores a que se deve dar atenção, principalmente, por se entender a IS não apenas como a solução de um determinado problema, mas uma mudança no contexto socioeconômico.

Neste sentido, questões como maior autonomia, aumento da capacidade de agir, empoderamento, novas relações e maior participação (sociopolítica, mercadológica), assumem uma importância significativa tanto na definição como na realização da inovação social. Neste sentido, entende-se que as definições da inovação social devem, portanto, sublinhar tanto o processo (um conjunto de interações que ocorrem no tempo e resultando em tentativa e erro) como o resultado (rede de atores e governança, co-construção de políticas públicas, mecanismos institucionais, conjunto de suporte e ferramentas) (CAULIER-GRICE e MULGAN, 2009; KLEIN et al., 2009; OECD, 2010), que dominam o debate.

Entendendo a inovação social como uma resposta nova e socialmente reconhecida, questões sobre quem são os atores protagonistas da inovação, tornam-se também relevantes. Seja por iniciativa da sociedade civil autônoma, ou por organizações sociais, por iniciativa pública ou privada. Não se trata de um fenômeno isolado, antes lida com a dinâmica de atores, ação coletiva, empoderamento de pessoas desfavorecidas e mudanças na sociedade.

Para Moulaert et al. (2010) a pesquisa em inovação social vai para além de uma satisfação das necessidades sociais, e inclui inevitavelmente uma perspectiva de ação, no sentido da adoção de novas relações sociais, estas por sua vez, mais inclusivas e emancipatórias. Neste sentido, cabe, então, uma reflexão a respeito do porquê e ao que a inovação social está reagindo.

Andre e Abreu (2006, p.122) apresentam uma definição da inovação social como sendo uma resposta nova e socialmente reconhecida, que visa e gera mudança social. Os autores vinculam ao conceito três atributos: (i) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; (ii) promoção da inclusão social; e (iii) capacitação (empoderamento) de agentes ou atores efetivos ou potenciais sujeitos, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder.

Considerando tais afirmações, entende-se que a inovação social tem sido uma questão de mobilização, e esta, por vezes, espontânea. De acordo com o autor, refere-se a um movimento de pessoas reagindo contra a exclusão, a alienação, a privação de recursos causada pelo capitalismo, e em favor de circunstâncias socioeconômicas e ambientais adversas. Em breve, reagindo contra a institucionalização convencional, muitas vezes opressiva. Mobilização em seu sentido mais amplo, para o autor, também significa uma melhor compreensão do papel dos diferentes intervenientes e partes interessadas na análise e

prática da inovação social. Cabe destacar estas questões, pois importa compreender que a inovação social se dá em seus meios e fins.

Em face do exposto, percebe-se que alguns autores sugerem o acontecimento da inovação social no momento em que as “necessidades sociais não satisfeitas” são efetivadas pelo aparecimento de novos arranjos, procedimentos ou políticas. Assim, a inovação social surge como o resultado de um processo que conduz à satisfação dessas necessidades (MULGAN et al., 2006, p.8). Já outros autores como Cloutier (2003) enfatizam a inovação social como uma nova resposta à uma necessidade social, aproximando essa resposta do resultado em si. Murray et al. (2010) observa que a inovação social deve ser destacada em ambos, tanto no resultado como nas relações, novas formas de cooperação e colaboração que ela traz. Neste sentido, a satisfação das necessidades sociais e as novas relações são vista como resultados da inovação social (POL e VILLE, 2008; PHILLS et al., 2008; MURRAY et al., 2010).

Ainda há definições que apoiam a inovação social enquanto um processo em curso, um processo em si. Nesta perspectiva, a mobilização de grupos sociais e comunidades no interesse de satisfazer as necessidades sociais são vistas como inovação social (MOULAERT et al., 2010). Klein et al. (2009) ainda ressalta que a inovação social pode alterar e reestruturar o ambiente institucional da sociedade que conduz à transformação social. A interação entre os atores pode reorganizar mais quadros legais para fins sociais (MOULAERT et al., 2007, 2013; MAC-CALLUM et al., 2009).

Não obstante, diversos autores consideram a inovação social como sendo tanto o processo como o resultado em si (HILLIER et al., 2004; KLEIN et al. 2009; BIGNETTI, 2011). Sendo possível, neste caso, uma análise de causa-efeito interdependentes. Este trabalho considera a definição da IS não apenas como resultado, mas também, o processo social envolvido.

2.2 Debate sobre a Inovação Tecnológica e Social

Apesar das diferentes nuances em suas definições, em comum a maioria dos artigos que discutem a IS, iniciam revisitando conceitos econômicos e sociológicos da inovação, citando, quase por unanimidade, Joseph Schumpeter, Max Weber e, mais esporadicamente, Émile Durkheim.

O interesse econômico pelo tema foi primeiramente notabilizado pelo economista austro-húngaro Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), embora seja possível encontrar debates do progresso tecnológico nos escritos de autores como Smith e Marx, bem como, origens da abordagem *schumpeteriana* de inovação nos escritos de Max Weber e Werner Sombart (CAJAIBA-SANTANA, 2014; HÉBERT e LINK, 2006). A partir de então, o conceito permaneceu fortemente ligado ao desenvolvimento econômico e à capacidade competitiva de uma empresa dentro de um livre mercado capitalista.

O pensamento de Schumpeter a cerca da inovação, não assegurou que a inovação social assumiria um papel importante na sociedade industrializada, apesar de ter sido, aparentemente, o primeiro autor a endossar a relevância da inovação social no apoio à inovação tecnológica (HILLIER et al., 2004). Sabe-se, inclusive, que na perspectiva econômica a criação de valor social tende a ser vista como decorrência natural da inovação no domínio econômico. Não obstante, a análise tanto da inovação tecnológica sob a teoria econômica como da inovação social, se faz necessária e relevante. Trata-se de uma relação com características comuns e integradas, ao mesmo tempo que com diferenças e individualidades.

A visão da inovação para Schumpeter (1912 [1934]) se opunha às chamadas teorias *neoclássicas* da economia, as quais explicam os fenômenos econômicos como tendendo à

uma situação de equilíbrio. Logo, a inovação representa a possibilidade do rompimento da cadeia racional estabelecida entre a empresa e o consumidor, neste caso, desencadeia uma decisão não racional do consumidor. Desta forma, a inovação passou a ser vista como um processo caracterizado pela descontinuidade com o que está estabelecido, através de combinações que são concebidas pela introdução de um novo bem ou nova qualidade de um bem, entre outros (SCHUMPETER, 1934). Ou seja, através do processo de “destruição criativa” o fluxo circular do mercado é rompido por uma inovação, gerando com isso um novo fluxo circular e um novo equilíbrio. Para Schumpeter (1982) a capacidade da empresa de destruir velhas ideias e incorporar novidades é o que mantém a empresa no mercado. Segundo o autor – na obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico* – a inovação é vista como a força que transforma incessantemente o capitalismo.

No contexto empresarial, a vantagem competitiva advinda de uma ação inovadora, consiste no fato de que tenderão a imitar tal inovação, provocando assim, a necessidade de uma “destruição criadora” permanente (SCHUMPETER, 1982). A vantagem competitiva, nesta perspectiva, resulta deste ciclo, onde a inovação sendo permanente, gerará lucros extraordinários e, por conseguinte, mais investimentos e inovações.

Neste prisma, a inovação está diretamente atrelada a uma ideia que se transforma em renda extraordinária para a organização, possui um valor percebido pelo mercado e, assim, se torna economicamente mensurável (SCHUMPETER, 1988; FREEMAN, 1988). Diversos autores, desde então, têm discutido a inovação neste mesmo sentido, sublinhando prioritariamente as questões de competitividade, produtividade e maior obtenção de lucro (DAROIT e NASCIMENTO, 2004; TIDD, BESSANT e PAVITT, 2005; DAWSON e DANIEL, 2010; STEWART e FENN, 2006; HANCOCK e TYLER, 2004).

Daí a necessidade em se discutir a inovação sob outros paradigmas, que não prioritariamente os acima mencionados. Críticas atreladas à inovação tecnológica, nas últimas décadas, surgem deste contexto, de se ter passado a utilizar formas de produção descompromissadas com o contexto social (CAJAIBA-SANTANA, 2013). Isso, por se considerar que as inovações tecnológicas não apenas promoveram uma maior facilidade ao cotidiano das pessoas, mas trouxeram consigo efeitos negativos à sociedade e ao meio ambiente.

Para Bignetti (2011) a diferenciação entre a IS e a tecnológica está relacionada principalmente quanto à finalidade, *locus*, estratégia, processo de desenvolvimento e difusão do conhecimento. Deste modo, pode-se dizer que a IS difere significativamente das inovações da economia tradicional, marcadas principalmente pelo sucesso comercial, rentabilidade e pela concentração de lucros econômicos dos seus *shareholders* (DAWSON e DANIEL, 2010; STEWART e FENN, 2006). Enquanto a primeira se preocupa com a criação de valor social, esta última com a apropriação do valor econômico (MIZIK e JACOBSON, 2003; BIGNETTI, 2011; CAJAIBA-SANTANA, 2014). Não obstante, vale ressaltar que tais diferenças não representam necessariamente uma incompatibilidade, pois há diálogo entre ambas.

Vale ressaltar aqui o esquema proposto por Pol e Ville (2009), onde a inovação social pode ser uma consequência da inovação econômica, ou mesmo, abrir espaço para o desenvolvimento desta, todavia, importa saber que características autônomas e distintas existem e devem ser consideradas. Inclusive a finalidade lucrativa ou “não lucrativa” da inovação social deve ser compreendida de forma a não se construir premissas que não sejam reveladoras da realidade efetiva. Tal separação entre fins econômicos e fins sociais não deve assumir, portanto, uma dicotomia. Vale o fato de já ser consenso na literatura a necessidade de haver uma intersecção entre a dinâmica econômica, social e ambiental, como é no desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista analítico sobre a inovação social e tecnológica, é possível afirmar que em ambos os tipos de inovação, as sequências de processos são estruturalmente

semelhantes. Tais processos estruturais se referem a: 1) geração de ideias; 2) projeto de conceito e planejamento de produto; 3) Desenvolvimento; 4) prototipagem e uso piloto; 5) a produção, introdução e penetração no mercado (OECD, 2005).

No que diz respeito à inovação social abordagens recentes também constroem em cima deste mesmo estágio, apresentando características estruturais semelhantes (MURRAY et al., 2010). Pesquisas realizadas pela The Young Foundation (2012) apresentam estas mesmas etapas do processo da inovação social, porém, acrescentam mais uma etapa no final, sendo esta uma “mudança sistêmica”.

Pretendendo-se, então, avançar no entendimento e operacionalização da inovação social, buscou-se, em uma breve revisão de literatura, identificar métricas e/ou dimensões, conforme segue.

2.3 Dimensões da Inovação Social

Com relação às métricas para a inovação social, segundo *The Young Foundation* (TEPSIE, 2012), há sobreposições significativas entre inovações tecnológicas e sociais em termos de medição. A fim de otimizar os esforços e resultados já alcançados nas metodologias de avaliação e medição destas duas categorias da inovação – tecnológica e social – A *Young Foundation* revisou trinta abordagens já existentes para a mensuração da inovação, a fim de verificar o estado-da-arte. À exemplo, as métricas estabelecidas pela União Européia (The Innovation Union Scoreboard), o Índice Global de Inovação (INSEAD), Inovação nas Organizações do Setor Público (NESTA), Mensuração da Inovação Pública nos Países Nórdicos (MEPIN), e outros.

A partir da revisão realizada, os autores Bund et al. (2013) concluíram que, do ponto de vista analítico, a inovação deve ser analisada em três níveis: (1) condições de enquadramento, (2) atividades empresariais e (3) resultados sociais. Além disso, o rastreamento de métricas específicas da inovação, proporcionou agrupar seis principais dimensões que são transversais aos níveis analíticos, conforme segue.

Quadro 2 – Dimensões da Inovação Social

Nível	Condições de Enquadramento				Atividades Empresariais	Saída/Resultado Social
Subnível	Quadro de Recursos	Quadro Institucional	Quadro Político	Quadro Climático Social	Investimento Start-Ups Colaboração / Redes	Educação Saúde Emprego Habitação Capital Social Participação Política Meio Ambiente
Dimensões e Variáveis Exemplares	Recursos Financeiros Recursos Humano (ex: número de voluntários) Recursos de Infraestrutura	- Normativo (ex: solidariedade) - Regulador (ex: base legislativa para o início da organização social) - Cognitivo Cultural (ex: direitos humanos)	Consciência Política sobre inovação social (ex: estratégias de inovação nacional) Ambiente político (ex: percepção da corrupção)	Necessidades Sociais / demandas como ponto de referência para inovação social (ex: pedidos ao Parlamento do Governo) Engajamento Social / atitudes (ex: filiação em organizações humanitárias)	Exemplos: Gastos em Inovação pela Economia Social Start-ups ou empresas dedicados à propósitos sociais	Exemplos: Oportunidades Iguais Acesso à serviços de qualidade / saúde Inclusão Financeira Coesão Social Preservação do capital natural

Fonte: Elaborado pelos autores (traduzido Bund et al., 2013)

Bund et al. (2013) reconhecem que algumas dimensões devem ser incluídas ou reinterpretadas, conforme a realidade investigada. Inclusive os autores reforçam que algumas dimensões importantes para a inovação social não são consideradas nas inovações

tecnológicas, podendo estas serem aplicadas parcialmente na análise da inovação social. Assim, conforme a recomendação dos autores, optou-se neste trabalho por aprofundar a discussão das dimensões mais evidenciadas na investigação empírica.

3. METODOLOGIA

Dada a complexidade do fenômeno, entende-se por necessário e fundamental a utilização do método qualitativo, que permita a coleta de dados para além de variáveis (GEPHART, 1999). O método qualitativo, a partir do estudo de caso, é considerado adequado em situações em que pouco se sabe sobre um fenômeno ou onde as perspectivas atuais são confusas e/ou contraditórias (EISENHARDT, 1989; LANGLEY e ABDALLAH, 2011). O estudo de caso se refere a uma estratégia de pesquisa onde o foco está na compreensão de um determinado fenômeno, em que é de fundamental importância se levar em consideração o contexto em que o mesmo é estudado (EISENHARDT, 1989; PETTIGREW, 1992).

A presente pesquisa é exploratória, de natureza descritivo-qualitativa, baseada no método de estudo de caso – o Banco Palmas. Assim, buscou-se fazer um levantamento das dimensões da inovação social por meio da estratégia metodológica *top-down* que envolve fontes e dados teóricos e *bottom-up* – incluindo *insights* da investigação empírica (BUND et al., 2013; EISENHARDT, 1989; YIN, 2010). Tal estratégia teve por finalidade garantir maior compatibilidade entre as dimensões teórico-empíricas. Optou-se por essa estratégia, pois entende-se que envolver os atores nesta questão, pode levar a uma melhor visão e compreensão da inovação social (MOULAERT et al., 2010). Diferentes atores devem ser envolvidos neste esforço mais complexo de se construir e operacionalizar um conceito a cerca da inovação social.

Considerando a proposta metodológica sugerida por Eisenhardt (1989) e Yin (2010), quanto à natureza dedutivo-indutiva, a pesquisa se apresenta como um intermediário entre ambas perspectivas. Pois, para a pesquisa de campo já foram desenvolvidos *a priori* alguns constructos para a compreensão do fenômeno estudado, bem como o desenvolvimento teórico anterior à coleta de dados. Assim, no que tange à teoria, foi orientada por alguns constructos centrais, extraídos da literatura, e com a possibilidade de outros surgirem a partir da pesquisa empírica.

Da pesquisa empírica, ao todo foram realizadas 8 entrevistas, no Banco Palmas, localizado em Fortaleza-CE, efetuadas entre outubro de 2015 e maio de 2016. Todas as entrevistas tiveram uma duração média de 1 hora, sendo todas devidamente transcritas e analisadas. As entrevistas foram concebidas de modo a recolher informações sobre a dimensões da inovação social. Buscou-se a maior liberdade possível nas entrevistas semiestruturadas, a fim de investigar as questões que os especialistas consideraram prementes. Desta forma, iniciou-se dando aos entrevistados a oportunidade de fazer uma declaração livre sobre a iniciativa inovadora, assim como, sobre as condições consideradas cruciais para a ocorrência da inovação social.

Os procedimentos para coleta de dados seguiram os seguintes passos: (i) identificação das fontes de informação; (ii) identificação e contato com os atores-chave a serem entrevistados; (iii) elaboração do protocolo de pesquisa; (iv) realização das entrevistas e observação participante em reuniões e palestras; (v) definição das categorias analíticas (YIN, 2005; EISENHARDT, 1989; MATTAR, 1993).

Deve-se ressaltar que todos os entrevistados correspondem à “atores-chave” no processo da iniciativa inovadora investigada, conforme segue: 1) Idealizador e atual gestor do Banco Palmas; 2) Presidente da ASMOCONP (Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira); 3) Gestora de Projetos do Banco Palmas; 4) Moradora e integrante do conselho gestor; 5) Beneficiário do microcrédito 6) Gerente da carteira de microcrédito; 7) Participante

do conselho gestor e líder comunitário; 8) Gestora da SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico). Esta fase se caracterizou pela coleta de dados através de fontes primárias (entrevistas semiestruturadas, participação em palestras e observação de campo).

Adicionalmente, foram coletados dados secundários, incluindo documentos, relatórios, vídeos, palestras, teses e publicações em *websites*. Sabe-se que várias fontes distintas podem corroborar com as conclusões da pesquisa, tornando-a mais acurada e convincente. Trata-se de informações coletadas com a intenção de analisar, interpretar e teorizar sobre o fenômeno estudado (MERRIAM, 1998). Assim, a técnica utilizada na coleta e análise foi a triangulação de dados, juntamente com técnica da análise de conteúdo (MARCONI e LAKATOS, 2004; YIN, 2010).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Banco Palmas, sem dúvida, é um caso emblemático no que diz respeito à inovação social e o desenvolvimento local de uma comunidade carente – o Conjunto Palmeiras, situado na periferia de Fortaleza–CE, Brasil. Trata-se de uma iniciativa coletiva e socialmente inovadora, cujo as soluções, em resposta aos desafios socioeconômicos dos moradores, originaram profundas transformações locais e sociais na comunidade. Tal iniciativa constitui uma inovação social, com efeitos que são, antes de tudo, coletivos, onde a dimensão social continua a ser fundamental e o impacto econômico claramente visto, através da criação de um banco popular, em 1998, bem como da concessão de microcrédito à população de baixa renda.

Confrontados com a situação de extrema pobreza, na década de noventa, os líderes locais do Conjunto Palmeiras, através da ASMOCONP (Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras), descobriram que tal situação era devida principalmente às compras dos moradores, que ocorriam fora do bairro, enfraquecendo, com isso, a economia local (MELO NETO, 2015). Diante desta constatação – segundo o idealizador Joaquim de Melo Neto – surgiu o Banco Palmas. Como resultado da iniciativa do líderes locais e perante à conclusão de que, embora o bairro já estivesse um tanto urbanizado, a pobreza econômica e social dos moradores continuava um desafio a ser suplantado.

Deve-se ressaltar ainda, que o Conjunto Palmeiras é resultado do remanejamento da população que, na década de 70, era residente em área de risco e situada no vetor de expansão urbana. As famílias foram removidas, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, para um lugar ainda sem água, luz, esgoto ou arruamento, dando início ao Conjunto Palmeiras – nomeado assim, pelo moradores locais, devido à enorme quantidade de carnaubeiras existentes no local (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008).

Fala-se isto, pois a criação do Banco Palmas – um banco popular – é decorrente de uma ação coletiva e que carrega as lutas e esforços de uma população marginalizada, submetida às dinâmicas de exclusão e alienação do sistema econômico vigente. Representa “uma comunidade que ao longo dos anos conquistou sua urbanização, passando de uma sofrida favela para um bairro popular” (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008).

A partir daí, a ASMOCONP constatou prioritariamente duas condições:

1. Os moradores do bairro tinham grandes dificuldades para iniciar um empreendimento produtivo por várias razões: não apresentavam experiência anterior; tinham seus nomes “sujos” no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC); ninguém queria servi-lhes de fiador; nem possuíam renda comprovada. Isso tudo inviabilizava o acesso ao crédito.
2. Os poucos produtores já existentes no Palmeiras não conseguiam comercializar seus produtos: a maioria das famílias faziam suas compras fora do bairro porque encontravam preços mais baixos e ainda podiam

financiar algumas compras em várias parcelas (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008).

O Banco Palmas deu início, então, a um processo de colaboração e rede entre os produtores, negócios locais e a população palmeirense, estimulando com isso, a colaboração entre empresas e consumidores. Resultando, assim, na implementação de um sistema local de produção. Levando em consideração a inovação social como uma resposta nova e em direção à satisfação de uma necessidade social, foi perguntado aos entrevistados à respeito da principal vulnerabilidade identificada. Assim, todos foram unânimes em evidenciar a situação de extrema pobreza da população, causa que deu origem à referida inovação. Neste aspecto, percebe-se que conforme assinalado pelos autores, o ambiente social e as vulnerabilidades identificadas correspondem tanto ao propósito como à condição necessária para a inovação social (MOULAERT et al., 2010; MULGAN 2006; MURRAY et al., 2008; BUND et al. (2013).

A fim de verificar o conceito da inovação social na perspectiva dos atores envolvidos, solicitou-se aos entrevistados, com base na experiência e percepção, falar sobre a inovação social, conforme segue.

E1 – Sim. Acho que inovação social é algo criativo que se faz, numa perspectiva de influenciar o meio em que a gente vive, ocasionar um impacto social na vida das pessoas, na perspectiva de transformar realidades. E transformar, numa perspectiva de combater a desigualdade das pessoas e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Então a inovação social é algo que você inova, você cria, que tem grande impacto social na vida das pessoas, mas na perspectiva da justiça social, na perspectiva de distribuir a renda, distribuir a riqueza, igualar as condições de vida entre as pessoas.

E4 – A inovação social é essa nova forma de fazer economia, de estra sempre inovando no sentido de que é possível a gente estar junto, fazer atividades juntos, solucionar uma dificuldade, estar sempre buscando benefícios para as pessoas de forma que possa dar a elas opção de vida. Que não seja aquela mesmice, aquela mesma rotina, levantar a autoestima dos moradores, acho que tudo isso é inovar. Mostrar que o bairro tem riquezas, tem coisas boas que não são percebidas, mostrar que as pessoas tem acesso, que elas podem participar, podem fazer.

E6 – Sempre que vai fazer qualquer coisa a gente pensa, o que isso vai colaborar com a comunidade? Isso vai ajudar ou vai atrapalhar? Se em algum momento for atrapalhar, a gente cria outra alternativa. Então é isso, é pensar esse processo na comunidade como um todo (...) pensar no econômico, pensar nesse diálogo com a comunidade, no social, de fazer a comunidade dialogar consigo mesma.

Tal afirmação vai de encontro com as definições da literatura, pois evidencia, de fato, o propósito central para o qual a inovação social se destina, neste sentido, além de atender à necessidades sociais, transformar realidades.

Deve-se mencionar que a criação do Banco Palmas, não se refere simplesmente à abertura de um banco popular, mas trata-se da concessão de microcrédito para um grupo socialmente excluído, sem antes, ter tido possibilidades ou alternativas para a obtenção de tais recursos. A inovação social, neste caso, está diretamente atrelada aos interesses da comunidade local, incluindo a criação de uma moeda própria que teve por preocupação e finalidade promover um desenvolvimento endógeno e sustentável naquela localidade. Conforme mencionado pelo entrevistado 1 - “essa é a grande inovação, não só aqui no Banco Palmas, mas o apego dos bancos comunitários é esse, criar um novo sistema financeiro onde o seu próprio dinheiro possa criar novas relações de igualdade e tudo mais”.

4.1) Colaboração de Atores e Ambiente Social

Uma das dimensões claramente identificadas no processo diz respeito à colaboração de atores. Quando perguntado aos entrevistados sobre os principais atores envolvidos na inovação, os mesmos mencionaram o envolvimento de diversos parceiros, a exemplo disto: universidades nacionais e internacionais, ONGs, Governo Federal, instituições financeiras (Caixa Econômica Federal, BNDES, BB), empresas privadas (MAFRA, CCFD), Prefeitura Municipal (SDE), Associações (ASMOCONP, Associação de Mulheres), instituições religiosas do bairro e outras fundações internacionais como a Fundação Estrohaln. Isso mostra que para o desenvolvimento da inovação houve a necessidade de uma rede de colaboração, incluindo organizações privadas, sociedade civil, governo, bem como, o apoio junto a instituições financeiras. De certa forma, constituindo uma forma de construção de uma economia plural (KLEIN et al., 2008; POLANYI, 2000). Neste ponto, vale destacar contribuições teóricas de autores da nova sociologia econômica (NSE) como Polanyi (2000) e Granovetter (1985) no sentido de que as ações econômicas são organizadas e constituídas a partir da vida social. O pressuposto da ação econômica socialmente “enraizada” permite um melhor entendimento sobre o fenômeno da inovação social, assim como, entre os arranjos institucionais que a sustentam, isto é, a colaboração de atores (LÉVESQUE, 2007; GRANOVETTER, 1985; ABRAMOVAY, 2006).

Deve-se ressaltar ainda a ação coletiva da comunidade enquanto um fator propulsor para a efetuação da inovação social. Trata-se da mobilização voluntária dos atores sociais em prol de um benefício comum, conforme verificado no Conjunto Palmeiras. Tal constatação corrobora com a afirmação de Moulaert et al. (2010) de que a inovação social vai para além de uma satisfação das necessidades sociais, e inclui, inevitavelmente, uma perspectiva de ação.

Outro aspecto visualizado nas entrevistas e que, nesta perspectiva, de ação coletiva, merece destaque, diz respeito às muitas expressões e afirmações dos entrevistados remetidas ao coletivo e com forte ênfase na ação da liderança comunitária e/ou coletiva (MOULAERT et al., 2010).

E1 – Essa é nossa história, o grande indicador de que esse banco é participativo, que tem sustentabilidade social, política, econômica é que a gente está há dezoito anos aberto. Fazem dezoito anos que esse banco está funcionando no Brasil, como um banco comunitário, de base comunitária, ninguém faz isso numa comunidade se não for participativo.

E4 – Tem uma grande participação da comunidade (...), embora eu ache ainda muito tímida em relação ao tamanho do bairro.

E6 – Eu sou um ator de desenvolvimento, estou aqui pra participar de reuniões, pra participar de movimentos, pra colaborar com a limpeza da praça, pra colaborar com alguma ação que está acontecendo (...) acima de eu ser um produtor e um consumidor, eu sou um ator de desenvolvimento, estou aqui para colaborar com a comunidade de alguma forma. Por isso que eu acho que o Conjunto Palmeiras é um ambiente que tem muitos líderes, são pessoas que se formaram dentro da comunidade.

E7 – A gente vai concretizar e lutar sempre junto porque é uma força maior. Quando a gente está junto, a gente tem todo o direito de cobrar e com certeza ser correspondido (...) se não fosse nós fazer isso, não teria nada, por isso é importante a participação do povo.

A partir destas e outras falas, foi possível verificar a forte relação da inovação social com líderes locais e com a comunidade, tanto em relação à sua concepção, como no seu desenvolvimento e implementação. Neste sentido, deve-se destacar que dentre as diversas

oportunidades proporcionadas na pesquisa de campo – buscando compreender mais aprofundadamente o contexto do fenômeno observado – a participação em uma das reuniões do conselho gestor do Banco Palmas, que reunia em si, a liderança comunitária do Conjunto Palmeiras, foi crucial. Experiência que possibilitou verificar *in loco* a participação dos líderes comunitários nas decisões tangenciadas ao Banco Palmas e ao Conjunto Palmeiras. Lembrando que tais líderes são, sobretudo, moradores do bairro, representantes da própria comunidade.

A inovação social visualizada neste estudo vai para além de um novo modelo de negócio ou o desenvolvimento de uma nova tecnologia, em suma, o que está em jogo é a mudança nas relações sociais, a capacitação, a inclusão e participação da sociedade. A falta de crédito e a não comercialização dos produtos locais no bairro, consistiram em agravantes para o não desenvolvimento econômico da comunidade, fomentando, assim, iniciativas inovadoras que trouxessem a transformação socioeconômica da população, contribuindo, portanto com o desenvolvimento local e regional (FONTAN e KLEIN, 2004). Corroborando com tais afirmações, segue a fala do idealizador e atual gestor do Banco Palmas:

E1 - O Palmas criou o departamento de pesquisa (...) quem faz esses mapeamentos todos, são os jovens da comunidade, da favela, eles estão fazendo pesquisa. Então, isso é inovação social? Pra nós é, está inovando, é endógena. Você tem um setor de pesquisa de qualidade dentro de um banco comunitário, você cria aplicativo, você cria software dentro da sua comunidade, mas a gente não importou, nós somos usuários disso e é uma inovação porque distribui renda. Onde que ficou o conhecimento? Aqui. Outra coisa importantíssima né, onde fica o conhecimento.

Entendendo a inovação como um caminho de discussão para a transformação social (Alter, 2000; Callon et al., 2001), percebe-se na prática investigada, que, de fato, a inovação social tem evidenciado tal transformação. Além disso, é possível observar que a inovação também está ligada a uma combinação bem sucedida de recursos exógenos, mas mobilizados localmente (Moulaert et al., 2013), conforme enfatizado pelo entrevistado 1, acrescentando a seguinte fala “por mais pobre que seja uma comunidade, ela é portadora de desenvolvimento econômico, na parte em que ela reorganiza as economias locais, não é que ela é pobre ou rica, ela deve ser organizada de um jeito que crie um fluxo local de produção e consumo”.

4.2) Ambiente Político–Institucional

Os aspectos institucionais são bastante relevantes para esse tipo de inovação. Deve-se ressaltar que com o surgimento do Banco Palmas – o primeiro banco comunitário do país – também através da concessão de microcrédito e criação de uma moeda própria (moeda social mumbuca), sucederam diversos entraves com o Banco Central do Brasil. Dentre eles, uma perseguição do governo, onde o Banco central mandou fechar o Banco Palmas por duas vezes, abrindo inclusive processos criminais.

E1 – “Até 2005 o banco foi tão inovador que o Banco Central se irritou duas vezes (...) Os primeiros oito anos, nós fomos perseguidos pelo Governo. Por conta da moeda social, foi “crime” contra o Estado brasileiro, por falsificação de moeda, um crime grave. De 1998 à 2005, o governo foi contra e mandou acabar (...) Mas veja, o papel do Banco Central não é só fiscalizar o sistema financeiro, mas garantir o acesso de todos os brasileiros ao sistema financeiro, do mesmo jeito que é crime o Estado não garantir escola, é crime o Banco Central não garantir acesso ao sistema financeiro.

Neste caso, percebe-se que os aspectos formais do ambiente institucional, que até então, regulamentava tais atividades, consistiram em fatores inibidores para a inovação social,

não apenas na falta de acesso aos serviços financeiros, mas sobretudo, na inibição formal de tais iniciativas. Deve-se lembrar que até este momento, não haviam legislações e/ou políticas públicas específicas para este serviço, corroborando a falta de apoio político e governamental à iniciativas socialmente inovadoras.

Em decorrência disto, diversas mudanças aconteceram no ambiente institucional formal, dentre elas, a elaboração de legislações específicas como a Lei 11.524/2007, e recentemente, a criação do Banco Nacional das Comunidades. Ou seja, se constituiu um aparato regulatório que possibilitou à atividade do microcrédito operar de forma segura e lícita. Não obstante, segundo o diretor do Banco Palmas, ainda existem diversas barreiras no que se refere ao acesso à recursos mais baratos e regulamentações mais específicas para o setor. Têm-se também os aspectos informais, que no caso observado, podem-se refletir a partir da influência da construção social.

Outro aspecto a ser destacado é com relação ao enquadramento político, sugerido pelos autores Bund et al., (2013), mas não apenas no sentido de parcerias estabelecidas, mas principalmente, no forte significado “político-ideológico” da inovação social, conforme mencionado por Moulaert et al. (2007, 2010), ao fazer referência à mobilização coletiva da inovação social. Compreender contra o que a inovação social está reagindo, denuncia o interesse político-ideológico que está por trás, neste caso, à pobreza, exclusão social e falta de amparo governamental. Conforme o exposto, percebe-se que tais dimensões podem influenciar tanto no surgimento como na implementação e difusão da inovação social. A identificação e compreensão de tais dimensões, possibilitaram verificar a inovação social enquanto uma reconfiguração nas relações sociais dos moradores do Conjunto Palmeiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de um banco comunitário e concessão do microcrédito têm proporcionado além da inclusão financeira, a emancipação do cidadão e maior participação socioeconômica de uma população vulnerável. A partir da pesquisa empírica, foi possível destacar alguns principais condicionante ou dimensões da inovação social, sendo o ambiente social, a colaboração de atores e o ambiente político-institucional. Se a inovação social é sobre como satisfazer as necessidades sociais, solucionar problemas, e ainda, melhorar a condição humana através da participação sociopolítica, capacitação e empoderamento, então esta passa a ser condição necessária na definição de agendas futuras (MOULAERT et al., 2010). Neste sentido, sugere-se esforços em direção à dimensionar e instrumentalizar a inovação social, a fim de incluí-la em agendas políticas, empresariais, socioeconômicas e ambientais.

A presente pesquisa buscou evidenciar algumas principais dimensões que compõe o processo da inovação social, para isto, foi feita uma revisão da literatura e um estudo de caso no Banco Palmas. A presença das dimensões sugeridas pelos autores Bund et al. (2013), no caso investigado, corrobora com a possibilidade de adaptar o *framework* para futuras pesquisas, inclusive de cunho quantitativo.

Em face do exposto, entende-se que a inovação social não apenas tem surgido como uma solução inovadora, mas sobretudo, como uma resposta no sentido de mobilização, uma reação contra os desafios socioeconômicos ainda emergentes. Tanto na literatura como no caso observado, a inovação social se deu em seus meios e fins, reforçando, portanto, o processo e finalidade para qual se destina – o social. Esse estudo exploratório traz contribuições teórico-empíricas, sendo um passo para que novos estudos sejam realizados nesta direção. Assim, sugere-se em futuras pesquisas uma extensão de metodologia para pesquisas quantitativas, a fim de se constituir métricas e indicadores para a inovação social.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Muito além da filantropia. Informações Fipe, publicação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômica, São Paulo, marco de 2006a.

ANDREW, C.; KLEIN, J. Social Innovation: What is it and why is it important to understand it better. Cahiers du CRISES, collection Études théoriques, 2010.

BEPA. Empowering people, driving change: Social Innovation in the European Union. Bureau of European Policy Advisors, 2010.

BUND, Eva, et.al. Blueprint of social innovation metrics – contributions to an understanding of opportunities and challenges of social innovation measurement. A deliverable of the project TEPSIE, 2013.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, 2001.

CRISES. An Introduction to CRISES. *Research Center on Social Innovations, 2004*.

EISENHARDT, K.M. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

GIDDENS, A. et al. Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna, 2012.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HILLIER, J., F. Moulaert et J. Nussbaumer. 2004. ‘Trois essais sur le rôle de l’innovation sociale dans le développement spatial’, *Géographie, économie société*, Vol. 6, No 2, pp. 129-152.

KLEIN, J.L. et al. Creativity and Innovation: EF 10, Survey Paper, Social Polis, 2009.

KLEIN, J.L. et D. Harriçon. ‘L’innovation sociale : émergence et effets sur la transformation des sociétés’, Presses de l’Université du Québec, Québec, 2007.

KLEIN, J.L., FONTAN, J.M.; TREMBLAY, D.G. ‘Local Development as Social Innovation: the Case of Montreal’, in Drewe, P., J.L. Klein et E. Hulsbergen (eds), *The Challenge of Social Innovation in Urban Revitalization*, Techne Press, Amsterdam, pp. 103-116, 2008.

HOWALDT, J; & SCHWARZ, M. (2010). *Social Innovation: Concepts, research fields and international trends*. Viena.

KLEIN, J.L.; FONTAN, J.; M., HARRISSON, D. Lévesque, B. The Quebec system of social innovation, a focused analysis on the local development field. *Finisterra*, v. 94, p.9- 28, 2012.

LÉVESQUE, B. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para Repensar a Economia no sentido do Desenvolvimento Sustentável. Fórum. Abr/Jun, 2007.

OECD. 2010. Measuring Innovation. A New Perspective <www.oecd.org/innovation/strategy/measuring> (Accessed August 14, 2014).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Metodologia Científica**, 4 ed., São Paulo: Atlas, 2004.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, v.1, 1993.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, Sandra. Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

MOULAERT, F. et.al. Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. *Urban Studies* 42, 2005.

MOULAERT, F. Social innovation, governance and community building. *Singocom* - scientific periodic progress report, 2007.

MOULAERT, F.; & Nussbaumer, J. The Social Region: beyond the territorial dynamics of the learning economy. *European Urban and Regional Studies*. v.12, n. 1, p.45-64, 2005.

MULGAN, G. The process of social innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, v. 1, n. 2, p. 145–162, 2006.

MULGAN, G. The Theoretical Foundations of Social Innovations. In *Social Innovation – Blurring Boundaries to Reconfigure Markets*, ed. Alex Nicholls and Alex Murdock, 33-65. Basingstoke, et al.: Palgrave Macmillan, 2012.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. *The Open Book of Social Innovation*. London: NESTA, 2010.

POLANYI, K. (2000), *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

RÜEDE, D.; LURTZ, K. Mapping the various meanings of social innovation: Towards a differentiated understanding of an emerging concept. EBS Business School Research Paper Series, 2012.

SACHS,

SCHUMPETER, J. A. 1912 [1934]. *The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle*. Cambridge: Harvard University Press.

SCHUMPETER, J. A. (1947). The Creative Response in Economic History. *The Journal of Economic History*, 7, 2, 149-159.

THE YOUNG FOUNDATION. *Social Innovation Overview – Part I: Defining social innovation*. A deliverable of the project TEPSIE. 2012.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.